

**RECURSO ESPECIAL nº 1793934 - RN (2019/0020791-8)**

**RELATOR : MIN. SÉRGIO KUKINA**

**RECORRENTE : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT**

**RECORRIDO : VIAÇÃO NORDESTE LTDA**

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pela **Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 148):

*ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DE MULTA COM BASE NA RESOLUÇÃO ANTT Nº 233/2003. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. MATÉRIA PACIFICADA NESTA CORTE.*

*1. As multas impostas pela ANTT em desfavor da apelada foram respaldadas somente na Resolução nº 233/2003 da ANTT, alterada pela Resolução 579/2004, sem o amparo das Leis nºs 8.987/95 e 10.233/01.*

*2. O Administrador, ao editar os normativos supracitados, com o escopo de descrever infrações administrativas, desbordou do primado constitucional da legalidade. Precedentes desta Corte.*

*3. Precedentes da Turma: PJE 08066898020144058400, AC/RN, Rel. Des. Federal Cid Marconi, j. em 19/01/2016; AC583522/RN, Rel. Des. Federal Carlos Rebêlo Júnior, j. em 17/12/2015, DJE 02/02/2016.*

*4. Apelação desprovida.*

A parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 24 e 78-A da Lei n. 10.233/2001. Sustenta, em síntese, que as infrações e penalidades descritas nas Resoluções n. 233/2003 e 579/2004 estão inseridas dentro do poder regulamentar conferido, por lei, à autarquia, devendo ser mantidas incólumes as multas aplicadas em desfavor da parte recorrida.

É o relatório.

Ao dirimir a controvérsia, a Corte regional consignou (fl. 146):

*A questão devolvida a esta Corte diz respeito à legalidade da imposição de multas com base na Resolução nº 233/2003 da ANTT, alterada pela Resolução nº 579/2004.*

*Verifico que a sentença recorrida há de ser mantida, vez que as multas impostas pela ANTT, em desfavor do particular, foram*

*respaldadas na Resolução ANTT nº 233/2003, sem o amparo da Lei nº 8.987/95, que disciplinou o regime de concessão e permissão de serviços públicos. O diploma legal em apreço não estabelece as condutas típicas, prevê, tão-só, a possibilidade de o poder concedente penalidades. aplicar A Lei nº 10.233/2001 (que instituiu a ANTT), de outro lado, apenas fixou as espécies de sanções e o limite máximo da pena de multa, sem dispor acerca dos atos infracionais. De acordo com os autos de infração, a base legal que fundamentaria as penalidades seria o art. 78-F, parágrafo 1º, da mencionada lei (sem alusão ao Decreto 2.521/1998). Aquela norma, contudo, apenas prevê que o valor das multas será fixado em regulamento, mas em nenhum momento autoriza expressamente que a autarquia institua penalidades por meio de resolução.*

Nesse contexto, em que pese ter a parte recorrente alegado ofensa arts. 24 e 78-A da Lei n. 10.233/2001, verifica-se que o exame da controvérsia, tal como enfrentada pela Corte de origem, demanda a interpretação das Resoluções 233/2003 e 579/2004 da ANTT, atos normativos não se enquadram no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, a, da CF.

A propósito do tema, confira-se:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. RESOLUÇÕES DA ANTT. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. SANÇÃO ADMINISTRATIVA. MEIO COERCITIVO PARA PAGAMENTO DE DÉBITOS COM A FAZENDA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.**

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

*II - Não se pode conhecer a apontada violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, porquanto o recurso cinge-se a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissor,*

*contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.*

*III - A tese de que é legal a exigência do pagamento de multas como condição para a renovação do Certificado para Registro de Fretamento não encontra amparo nos dispositivos ora invocados (arts. 13, 14, 24, IV, 29 e 43 da Lei n. 10.233/01), o que impede sua apreciação em recurso especial.*

*IV - A verificação da controvérsia exige a imprescindível análise dos termos das Resoluções n. 1.166/05 e 442/2004 da ANTT. Todavia, consoante pacífica jurisprudência o Superior Tribunal de Justiça, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, a, da Constituição da República, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de tribunais, bem como atos administrativos normativos.*

*V - O acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual não é possível a imposição de sanção administrativa como meio de cobrança de débitos pela Fazenda Pública.*

*VI - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.*

*VII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.*

*VIII - Agravo Interno improvido.*

**(AgInt no REsp 1369459/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 08/06/2018)**

Ante o exposto, não conheço do recurso especial. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 10% (dez por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do novo CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator